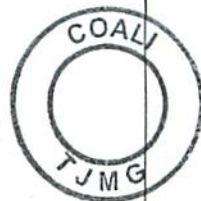




Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



ATA Nº. 014/09

PROCESSO n.º 1461/09

LICITAÇÃO n.º 080/09 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 09 / 10 / 2010

Aos 09 dias do mês de outubro de 2009, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena n.º 1420 e Rua Goiás n.º 229, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais n.º 13.994, de 18.09.01, n.º 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de n.º 44.786 e n.º 44.787, ambos de 18.04.08, de n.º 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

Lote Único – JAIME ROSELLO - ME, com sede na Rua dos Carapós, n.º71, Balneário São Francisco, em São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.897.895/0001-62, neste ato representada por seu proprietário, Sr. Jaime Rosello, residente na Rua Carapós, n.º30, Balneário São Francisco, em São Paulo/SP, portador da Carteira de Identidade n.º 32013581-0, SSP/SP, CPF n.º 279.880.428-07.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de tapetes personalizados, especificado no [Anexo I](#) do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 080/2009 – Pregão Eletrônico.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no [Anexo I](#) desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art.14 do Decreto Estadual n.º 44.787/08.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados a partir da aprovação da prova gráfica pela COMAT, desde que o prazo total não exceda a 40 (quarenta dias úteis do recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho).

6.1. Os materiais deverão ser entregues na COMAT (Almoxarifado) / GESUP, situado na Av. do Contorno, nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, das 08:30 às 11:30 às 12:30 às 16:30 horas.

6.2. Por acordo entre as partes, o material poderá ser entregue parceladamente, observado o prazo máximo acima, ficando, entretanto, o pagamento condicionado à entrega da totalidade do objeto.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) de acordo com as especificações;
- b) em embalagens originais de fábrica, lacrados e identificados;
- c) nas quantidades corretas e de acordo com o edital;
- d) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Contrato.

7.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á depois da:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos.
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital.

7.3. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT.

7.4. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 15 (quinze) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.5. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL

8.1.1 Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR

8.2.1 Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3 Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obrigava a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato.

8.2.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no [Anexo I](#) deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7 Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8 Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9 Manter, durante a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará do Contrato e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irreajustável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18/04/2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado;

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

- b) quando o fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou o Contrato;
- b) deixar de apresentar documentação exigida para o certame
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar a execução da Ata ou do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores.

12.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.



DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

13.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 13.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2009.

Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE
Presidente

Pelo Fornecedor:

Jaime Rosello
JAIME ROSELLO - ME

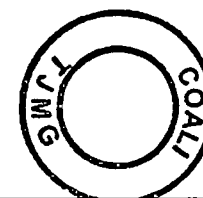
Testemunhas:

Jaime R. Rosello 63180

Amílcar Vechi Martins Lima
1804-4

ANEXO I DA ATA - QUANTITATIVO, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 014/09)

LOTE	QUANTIDADE REGISTRADA	UN	ESPECIFICAÇÕES	CÓDIGO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
Único	10	Un	Tapete em vinil personalizado 2ª instância – Grande. Cores do tapete: Vinho CMYK 30 100 70 15 e Preto 20%. Personalizado através do processo de vulcanização, formado por filamentos de vinil entrelaçados, com costado sólido de vinil, material antichama e antiderrapante, com 10mm de espessura, medidas 3,00m X 1,50m.	35.70.032-7	KAPAZI	R\$ 859,00	Jaime Rosello-ME
	20	Un	Tapete em vinil personalizado 2ª instância – Médio. Cores do tapete: Vinho CMYK 30 100 70 15 e Preto 20%. Personalizado através do processo de vulcanização, formado por filamentos de vinil entrelaçados, com costado sólido de vinil, material antichama e antiderrapante, com 10mm de espessura, medidas 2,00m X 1,00m.	35.70.046-7	KAPAZI	R\$ 383,50	Jaime Rosello-ME
	20	Un	Tapete em vinil personalizado 2ª instância – Pequeno. Cores do tapete: Vinho CMYK 30 100 70 15 e Preto 20%. Personalizado através do processo de vulcanização, formado por filamentos de vinil entrelaçados, com costado sólido de vinil, material antichama e antiderrapante, com 10mm de espessura, medidas 1,20m X 0,80m.	35.70.053-0	KAPAZI	R\$ 183,00	Jaime Rosello-ME
	180	Un	Tapete em vinil personalizado 1ª instância – Pequeno. Cores do tapete: Vinho CMYK 30 100 70 15 e Preto 20%. Personalizado através do processo de vulcanização, formado por filamentos de vinil entrelaçados, com costado sólido de vinil, material antichama e antiderrapante, com 10mm de espessura, medidas 1,20m X 0,80m.	35.70.054-8	KAPAZI	R\$ 183,00	Jaime Rosello-ME
	180	Un	Tapete em vinil personalizado 1ª instância – Médio. Cores do tapete: Vinho CMYK 30 100 70 15 e Preto 20%. Personalizado através do processo de vulcanização, formado por filamentos de vinil entrelaçados, com costado sólido de vinil, material antichama e antiderrapante, com 10mm de espessura, medidas 2,00m X 1,00m.	35.70.055-6	KAPAZI	R\$ 183,00	Jaime Rosello-ME
	50	Un	Tapete em vinil personalizado 2ª instância – Grande. Cores do tapete: Vinho CMYK 30 100 70 15 e Preto 20%. Personalizado através do processo de vulcanização, formado por filamentos de vinil entrelaçados, com costado sólido de vinil, material antichama e antiderrapante, com 10mm de espessura, medidas 3,00m X 1,50m.	35.70.056-4	KAPAZI	R\$ 860,00	Jaime Rosello-ME



Virgíópolis, a partir de 13.10.09, sem prejuízo de suas atribuições anteriores.

Designando, nos termos da legislação vigente, Antônio de Souza Rosa, Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais e do Tribunal do Júri de Montes Claros, para responder pela comarca de Grão Mogol, a partir de 06.10.09 até o provimento.

Dispensando Isafas Caldeira Veloso, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Montes Claros, de responder pela comarca de Grão Mogol, a partir de 06.10.09.

Designar a Juíza de Direito Substituta Cíntia Faria Honório Delgado, para responder pela comarca de Lajinha, a partir de 13.10.09, até o provimento, sem prejuízo de suas atribuições em Manhuaçu.

Dispensando Renata Bomfim Pacheco, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível de Manhuaçu, de responder pela comarca de Lajinha, a partir de 13.10.09.

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTE A SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Processo nº: 2055/2009

Assunto: Dispensa de Licitação.

Número da dispensa: 52/2009

Embasamento Legal: Art. 24, inciso XVI, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de informática.

Favorecida: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE

Vigência: 12 (doze) meses

Valor estimado: R\$ 543.949,00 (quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e quarenta e nove reais)

"Nos termos do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, ratifico a dispensa de licitação para contratar junto à Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE a prestação de serviços de informática.

Publique-se".

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

Homologação

Processo: nº. 1557/2009

Licitação: nº. 088/2009

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de máquinas, aparelhos, utensílios e equipamentos de uso administrativo.

LICITANTE VENCEDOR

LOTE 1: GYS AUTOMAÇÃO E TELECOM LTDA.

Valor Unitário: R\$585,95 (quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos)

Valor Total: R\$29.297,50 (vinte e nove mil e duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

LOTE 3: S. R. S. SANTOS & CIA LTDA.

Valor Unitário: R\$400,00 (quatrocentos reais)

Valor Total: R\$12.000,00 (doze mil reais)

LOTE 5: REIS OFFICE PRODUCTS COMERCIAL LTDA.

Valor Unitário: R\$221,00 (duzentos e vinte um reais)

Valor Total: R\$33.150,00 (trinta e três mil e cento e cinquenta reais)

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Daniela Ataíde Giovannini Alves
08.10.2009

Contrato (Extrato)

Cima Engenharia e Empreendimentos Ltda. - Ct. 336/2009 de 01.10.2009. - Objeto: Obra de construção da edificação do prédio do novo Fórum da Comarca de Santa Luzia/MG. - Vigência: 01.10.2009 a 20.11.2011. - Valor do Ct.: R\$ 19.356.603,08. Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.2.117.4.4.90.51.03 - Execução de Obras por Contrato de Bens Patrimoniáveis.

Termo Aditivo - Contrato (Extrato)

Anchieta Pulverizações Ltda. - 1ªTA de 21.09.2009 ao Ct. 287/2008 de 01.10.2008. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e alteração de cláusula. - Vigência: 01.10.2009 a 01.10.2010. - Valor do 1ªTA: R\$ 98.400,00. Dotação Orçamentária: 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.32 - Locação de Serviços Técnicos e Especializados.

Termo Aditivo - Convênio (Extrato)

Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais - COREN. - 1ªTA de 07.10.2009 ao Cv. 202/2008 de 10.11.2008. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. Vigência: 10.11.2009 a 10.11.2010. - Valor do 1ªTA: Sem ônus para o Tribunal.

Termo de Rescisão - Extrato

Município de Jaboticatubas/MG. - Objeto: Rescisão ao Cv. 057/2009 firmado em 12.02.2009 que tem como objeto a mútua cooperação entre as partes, visando atender as necessidades do Fórum da Comarca de Jaboticatubas/MG mediante cessão de servidor municipal, a partir de 02.09.2009.

Autorização de Compra - Extratos

AC. 356/2009 de 30.09.2009 - Licit. 113/2008. - Coperflex Indústria e Comércio de Móveis e Peças para Escritório Ltda. - Objeto: Aquisição de mobiliários estofados. - Valor: R\$ 13.590,92. - Dotação Orçamentária: 1031.02.061.723.4.224.4.4.90.52.14 - Mobiliário.

AC. 363/2009 de 01.10.2009 - Licit. 113/2008. - Coperflex Indústria e Comércio de Móveis e Peças para Escritório Ltda. - Objeto: Aquisição de mobiliários estofados. - Valor: R\$ 316.688,33. - Dotação Orçamentária: 1031.02.061.723.4.224.4.4.90.52.14 - Mobiliário.

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Henrique Esteves Campolina Silva
08.10.2009

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/09

TJMG X JAIME ROSELLO - ME

Processo: nº 1461/2009

Licitação: nº 080/2009

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tapetes personalizados.

Vigência: de 09.10.2009 a 09.10.2010.

Aviso

Licitação: 073/2009

Processo: 1393/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de microcomputadores.

Sessão Pública: Adiada em virtude de alterações nas especificações técnicas e em conformidade com o § 4º do art. 21 da Lei Federal nº. 8.666/93, para o dia 27.10.09 às 9 horas.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer *download* do edital no sítio www.tjmg.jus.br - Opção: Licitações em andamento. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua dos Timbiras, nº. 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Diretora Executiva: Neuza das Mercês Rezende
08 de Outubro de 2009.

GERÊNCIA DA MAGISTRATURA
Gerente: Sílvio Cássio de Souza

Aviso

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, a Gerência da Magistratura comunica aos Juizes de Direito do Estado de Minas Gerais que, nos termos da Resolução nº 537/2007, modificada pela Resolução nº 560/2008, o prazo para o envio das sugestões de férias referentes ao 1º semestre do ano de 2010 será até o dia 30.10.2009.

Comunica, ainda, que os Juizes de Direito deverão observar os seguintes quesitos, para o deferimento de suas férias:

- As férias só poderão ser divididas em 2 períodos de 15 dias ou 30 dias consecutivos;
- Na sugestão de férias deverá constar o período a ser usufruído e a indicação do seu substituto, nos termos do disposto no artigo 3º da Resolução 537/07.

- Para a formação do grupo de férias entre comarcas distintas deverá ser observado a Tabela de Comarcas Substitutas ou a Tabela das Microrregiões do Plantão de Final de semana e feriados, conforme Anexo II da Resolução nº 572/2008.

Comunica, finalmente, que se encontra disponível na intranet modelos de requerimentos de férias, que deverão ser utilizados para o envio das sugestões.